



YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

Relatório da Administração - Exercício de 2024

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da YOUSE SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
A Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R\$ 3.355 mil, o que representa uma taxa de rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 6,0%. Como a Companhia ainda não está comercializando produtos, esse resultado foi alcançado substancialmente em decorrência do resultado financeiro dos recursos aplicados.
Os ativos financeiros da Companhia, ao final do exercício de 2024, totalizaram o valor de R\$ 58.744

mil, superando em 1,4% o valor alcançado no final do ano anterior e seu patrimônio líquido alcançou o valor de R\$ 57.007 mil.
Honorários de Auditoria externa
A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.
Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos
A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta é feita pelos Acionistas e devidamente registrada em ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela

de lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para manutenção da continuidade operacional da Companhia.
A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.
Considerações Finais e Agradecimentos
A YOUSE SEGURADORA S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas, conselheiros e colaboradores.
Brasília, 25 de fevereiro de 2025
A Administração

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

| | NOTA | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | NOTA | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|------|---------------|---------------|--|----------|---------------|---------------|
| ATIVO | | | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| CIRCULANTE | | 21.745 | 31.822 | CIRCULANTE | | 2.625 | 3.174 |
| Disponível | | 9 | 67 | Contas a pagar | | 2.625 | 3.174 |
| Caixa e bancos | | 9 | 67 | Obrigações a pagar | 7.1 | 798 | 918 |
| Aplicações | 5 | 21.687 | 31.721 | Impostos e encargos sociais a recolher | | 2 | 3 |
| Títulos e créditos a receber | 6 | 49 | 34 | Impostos e contribuições | 7.2 | 1.771 | 2.179 |
| Títulos e créditos a receber | 6.1 | 22 | 18 | Outras contas a pagar | | 54 | 74 |
| Outros créditos | | 27 | 16 | PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | 103 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 37.887 | 26.235 | Contas a pagar | | | 103 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 37.885 | 26.231 | Tributos diferidos | 6.2 | | 103 |
| Aplicações | 5 | 37.057 | 26.231 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 8 | 57.007 | 54.780 |
| Títulos e créditos a receber | 6 | 828 | | Capital social | 8.1 | 40.000 | 40.000 |
| Créditos tributários e previdenciários | 6.2 | 828 | | Reservas de lucros | 8.3 | 18.055 | 14.582 |
| Imobilizado | | 2 | 3 | Ajuste de avaliação patrimonial | | (1.048) | 198 |
| Bens móveis | | 2 | 3 | | | | |
| Intangível | | | 1 | | | | |
| Outros intangíveis | | | 1 | | | | |
| TOTAL DO ATIVO | | 59.632 | 58.057 | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 59.632 | 58.057 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

| Discriminação | Capital Social | Reservas de lucros | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Lucros acumulados | Total |
|---|----------------|--------------------|----------------------------------|-------------------|---------------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2023 | 40.000 | 11.033 | 171 | | 51.204 |
| Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGOE de 31.03.2023 | | 612 | | | 612 |
| Títulos e valores mobiliários | | | 27 | | 27 |
| Lucro líquido do exercício | | | | 3.852 | 3.852 |
| Proposta para distribuição do resultado: | | | | | |
| Reserva legal | | 193 | | (193) | |
| Reserva de lucros | | 2.744 | | (2.744) | |
| Dividendos | | | | (915) | (915) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 40.000 | 14.582 | 198 | | 54.780 |
| Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGOE de 27.03.2024 | | 915 | | | 915 |
| Títulos e valores mobiliários | | | (1.246) | | (1.246) |
| Lucro líquido do exercício | | | | 3.355 | 3.355 |
| Proposta para distribuição do resultado: | | | | | |
| Reserva legal | | 167 | | (167) | |
| Reserva de lucros | | 2.391 | | (2.391) | |
| Dividendos | | | | (797) | (797) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 40.000 | 18.055 | (1.048) | | 57.007 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

| | |
|---|---|
| <p>1. Contexto operacional</p> <p>A Youse Seguradora S.A. "Companhia", foi constituída em 11 de maio de 2016, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, controlada pela CNP Participações Seguradoras Brasil Ltda. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances e atua em parceria com a Caixa Econômica Federal ("CAIXA") na distribuição de seus produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional. Tem por objeto social a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo, ainda, participar do capital social de outras Companhias, observadas as disposições legais pertinentes.</p> <p>A autorização para exploração das operações de seguros de danos e pessoas foi publicada pela SUSEP em 26 de março de 2018, entretanto, por decisão estratégica dos Acionistas da Companhia, as operações de seguros não foram iniciadas até o momento da aprovação dessas demonstrações financeiras.</p> | <p>2.6.1. Impairment de instrumentos financeiros</p> <p>a. Ativos mensurados ao custo amortizado</p> <p>A Companhia avalia ao final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estar deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado se os prejuízos de <i>impairment</i> são incorridos somente se há evidência objetiva de <i>impairment</i> como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.</p> <p>Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por <i>impairment</i> incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. <p>b. Ativos classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</p> <p>O CPC 48/IFRS 9 introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.</p> <p>Os ativos da Companhia se enquadram na abordagem geral e nesta abordagem as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com o estágio das operações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estágio I: todas as operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas neste primeiro estágio, sendo estimadas as perdas esperadas para os próximos 12 meses, com os juros efetivos calculados sobre o valor bruto; • Estágio II: todas as operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial, sendo reconhecidas as perdas esperadas até o fim do ativo (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e • Estágio III: todas as operações em inadimplência / default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação). <p>A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - <i>Expected credit losses</i>) para os ativos financeiros da Companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.</p> <p>A Companhia adota a análise de probabilidades de inadimplência com base nos <i>ratings</i> das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros por se tratar de risco soberano e por prática de mercado a serem considerados títulos livres de baixíssimo risco de crédito, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.</p> |
| <p>2. Resumo das políticas contábeis materiais</p> <p>As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão detalhadas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.</p> <p>2.1. Base de preparação</p> <p>As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos no Manual de Orientação - Manual do Elenco de Contas e dos Modelos de Publicação divulgados pela SUSEP, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.</p> <p>A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.</p> <p>A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar início aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de geração de caixa, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.</p> <p>A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025.</p> | <p>2.6.2. Impairment de ativos não financeiros</p> <p>Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com software, que estão sujeitos à amortização, são reavaliados para a verificação de <i>impairment</i> sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por <i>impairment</i> é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.</p> |
| <p>2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação</p> <p>As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.</p> | <p>2.6.3. Mensuração</p> <p>O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:</p> <p>a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" emitidos pela Secretária do Tesouro Nacional (STN) informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.</p> <p>b. Fundos de investimentos: registrados com base nos valores das quotas marcadas a mercado e divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.</p> |
| <p>2.3. Caixa e equivalentes de caixa</p> <p>A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.</p> | <p>2.6.4. Impairment de ativos não financeiros</p> <p>O intangível refere-se a licença de <i>software</i>, e foi totalmente amortizado até a data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pela Companhia foi de 20% a.a.</p> |
| <p>2.4. Mudança nas principais políticas contábeis</p> <p>A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.</p> <p>As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre as políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>A Companhia adotou a circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 que altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012, dentre as alterações trazidas na norma temos reformulação nas Demonstrações de Resultados para operações de Seguros e aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estas alterações vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2024.</p> <p>A adoção do normativo em questão não gerou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.</p> | <p>2.6.5. Instrumentos financeiros</p> <p>2.5.1. Classificação e reconhecimento</p> <p>A classificação dos ativos financeiros nos termos do CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Atualmente, os ativos financeiros de nossa carteira de investimentos consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros (<i>Solely Payment of Principal and Interest - SPP</i>).</p> <p>A Companhia desenvolveu o seu modelo de negócios para o gerenciamento de seus instrumentos financeiros, o qual direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.</p> <p>A Companhia segue a classificação de ativos do CPC 48, que estabelece três categorias principais para a classificação de ativos financeiros: mensuração ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR), conforme detalhado nos itens abaixo.</p> <p>Ademais, os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto em circunstâncias em que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão desses ativos. Na hipótese dessa situação, todos os ativos financeiros impactados são reclassificados na primeira data de balanço subsequente à alteração no modelo de negócios.</p> |
| <p>a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</p> <p>São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do Ativo pela taxa de juros negociados na época até seu vencimento. Em se tratando de perda de risco de crédito a contabilização do ativo terá sua contraparte no resultado.</p> | <p>2.6.6. Instrumentos financeiros</p> <p>2.5.2. Classificação e reconhecimento</p> <p>Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR, ou seja:</p> <ul style="list-style-type: none"> • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros. <p>O CPC 48 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).</p> |
| <p>b. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)</p> <p>No valor justo por meio do resultado os ativos financeiros são registrados ao valor justo com contrapartida no resultado.</p> | <p>2.6.7. Instrumentos financeiros</p> <p>2.5.3. Classificação e reconhecimento</p> <p>Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.</p> |
| <p>c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</p> <p>Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR, ou seja:</p> <ul style="list-style-type: none"> • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros. <p>O CPC 48 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).</p> | <p>2.6.8. Instrumentos financeiros</p> <p>2.5.4. Classificação e reconhecimento</p> <p>Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.</p> |
| <p>2.6. Impairment</p> | <p>2.6.9. Ajuste de avaliação patrimonial</p> <p>O resultado é apurado pelo regime de competência.</p> <p>As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.</p> <p>As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado.</p> <p>As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.</p> |
| <p>2.6. Impairment</p> | <p>2.6.10. Provisão para imposto de renda e contribuição social</p> <p>A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social (CSLL) foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.</p> <p>O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.</p> <p>As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.</p> <p>As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.</p> <p>Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.</p> |
| <p>2.6. Impairment</p> | <p>2.6.11. Normas e interpretações ainda não adotadas</p> <p>As novas normas e interpretações emitidas e não vigentes e ou adotadas pela SUSEP, até a data de</p> |

Demonstração do resultado (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | Nota | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|------|-------------------|-------------------|
| Despesas administrativas | 11 | (379) | (446) |
| Despesas com tributos | 11 | (260) | (222) |
| Resultado financeiro | 11 | 6.029 | 7.061 |
| Resultado operacional | | 5.390 | 6.393 |
| Resultado antes dos impostos e participações | | 5.390 | 6.393 |
| Imposto de renda | 12 | (1.263) | (1.579) |
| Contribuição social | 12 | (772) | (962) |
| Lucro líquido do exercício | | 3.355 | 3.852 |
| Quantidade de ações | | 40.000.000 | 40.000.000 |
| Lucro líquido por lote mil ações | | 0,08 | 0,10 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 3.355 | 3.852 |
| Outros resultados abrangentes | (1.246) | 27 |
| Itens que poderão ser reclassificados para o resultado | (1.246) | 27 |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | (2.077) | 44 |
| Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários | 831 | (17) |
| Total dos resultados abrangentes para o exercício | 2.109 | 3.879 |
| Quantidade de ações | 40.000.000 | 40.000.000 |
| Lucro líquido por lote mil ações | 0,05 | 0,10 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| ATIVIDADES OPERACIONAIS | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|--------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | 3.355 | 3.852 |
| Ajustes para: | | |
| Depreciação e amortizações | 1 | 7 |
| Varição nas contas patrimoniais: | | |
| Ativos financeiros | (2.038) | (4.803) |
| Créditos fiscais e previdenciários | (126) | 311 |
| Ativo fiscal diferido | (702) | (7) |
| Outros ativos | (15) | 55 |
| Impostos e contribuições | 2.031 | 2.500 |
| Outras contas a pagar | (20) | 25 |
| Outros passivos | 1 | (84) |
| Caixa gerado pelas operações | 2.487 | 1.856 |
| Juros pagos | (1) | - |
| Juros recebidos | - | 9 |
| Imposto sobre o lucro pagos | (2.544) | (1.817) |
| Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais | (58) | 48 |
| Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa | (58) | 48 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 67 | 19 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 9 | 67 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS 17 - CPC 50 - Contratos de Seguro: Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A norma IFRS 17 - CPC 50 substituirá a IFRS 4/CPC 11, aplicando-se a todos os tipos de contratos de seguros, independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, entretanto, a Companhia aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A nota explicativa 5 - Instrumentos Financeiros (Aplicações) inclui: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

3.1. Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Gestão de riscos

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.943, de 15/09/2021 e a Resolução CNSP 416/21, que regulamenta mais recentemente a EGR - Estrutura de Gestão de Risco. Todas essas normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégias, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor. O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros Holding Brasil foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais e áreas centralizadas;
- Manter a alta administração da CNP Seguros Holding Brasil informada sobre a evolução do perfil de risco do grupo;
- Revisar e aprovar as políticas de subscrição,